

PORTUGAL, POVO DE SUICIDAS: UMA LEITURA UNAMUNIANA D’O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS DE JOSÉ SARAMAGO

Ana Clara Magalhães de MEDEIROS*

- **RESUMO:** Este artigo visa apresentar Miguel de Unamuno como crítico literário da literatura portuguesa e como pensador das “*tierras* de Portugal” que impacta decisivamente o andamento narrativo e os sentidos ético-estéticos do romance *O ano da morte de Ricardo Reis*, publicado por José Saramago já em fins do século XX (1984). Desde uma perspectiva dialógica, aproximamos Saramago (interessa-nos sua produção romanesca dos anos 1980) e Unamuno (intelectual basco da primeira metade do século XX, falecido em 1936), para inscrevê-los no seio da cultura ibérica, de modo a pensar as conexões literárias e históricas entre o começo e o desfecho do “século dos extremos” (Hobsbawm, 2008) em Portugal. Focalizamos, sobretudo, o pensamento unamuniano sobre Portugal e a literatura portuguesa expresso nas obras *Por tierras de Portugal y de Espanha* (Unamuno, 1911) e *Portugal povo de suicidas* (coletânea de ensaios de Unamuno publicada em Portugal, em 1986), ressaltando o tom sepulcral desses apontamentos críticos. Com o aporte dos estudos de Carlos Reis (2022) sobre a prosa saramaguiana, discutimos a morte e a morte autoprovocada na tessitura da obra de 1984, bem como avaliamos a permanência do pensamento unamuniano na poética do Nobel português.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Saramago. Unamuno. *O ano da morte de Ricardo Reis*. Morte. Suicídio.

Para Sandra Ferreira, presente-presença saramaguiana.

Início esta discussão emprestando algo do tom epistolar, intimista e tantas vezes provocativo de que Miguel de Unamuno gostava de se valer, em seus artigos e cartas, para se referir às *tierras* de Portugal e à sua literatura. Assim, proponho que busquemos o “plácido sepulcro” de Ricardo Reis “rodeado de

* UnB – Universidade de Brasília. Instituto de Letras – Departamento de Teoria Literária e Literaturas. Brasília – DF – Brasil. 70910-900 – a.claramagalhaes@gmail.com

esperança” (Unamuno, 1986, p. 57) no romance em que Saramago lhe deu vida, a despeito de uma desgraçada tradição de Portugal como povo suicida. Refiro-me, evidentemente, a *O ano da morte de Ricardo Reis* (Saramago, 1984), narrativa extensa que menciona o reitor de Salamanca apenas em seus capítulos derradeiros (a partir do antepenúltimo), em gesto dialógico que não parece acidental, tampouco acessório na economia romanesca, como pretendo demonstrar no presente trabalho. Ainda, recorro centralmente, como aparato crítico, ao livro de ensaios intitulado *Portugal povo de suicidas* (1986), obra organizada por Rui Caeiro, que contém ensaios unamunianos sobre Portugal e a literatura portuguesa, coletânea publicada em Lisboa dois anos após o lançamento d’*O ano da morte de Ricardo Reis*.

O título deste artigo, assim como o pequeno livro organizado por Rui Caeiro retomam a provocativa expressão empregada por Miguel de Unamuno em um dos capítulos de seu *Por tierras de Portugal y de España* (1911): “Portugal é um povo de suicidas, talvez um povo suicida” (Unamuno, 1986, p. 64)¹. Do ensaio de *Don Miguel*, extraio o excerto-mote que considero bastante produtivo para se refletir sobre a morte e a história (tanto da Ibéria, como dos indivíduos) no romance saramaguiano sobre Fernando Pessoa já morto, sobre Ricardo Reis que inexoravelmente morrerá (o título da obra não deixa espaço para dúvidas). A partir da máxima sepulcral, Unamuno dá seguimento a seu esforço crítico com uma lista de suicidários portugueses, que faz questão de enumerar naquele estilo paratático que lembra a prosa de António Vieira:

Portugal é um povo de suicidas, talvez um povo suicida. A vida não tem para ele sentido transcendente. Desejam talvez viver, sim, mas para quê? Mais vale não viver. Suicidou-se Antero de Quental, o daqueles terríveis e lapidares sonetos em louvor da morte [...]. Suicidou-se Antero. Suicidou-se também Soares dos Reis, o grande escultor português. [...] Suicidaram-se Antero e Soares dos Reis. Suicidou-se também Camilo Castelo Branco, o grande Camilo, o escritor mais popular desta terra [...]. Suicidaram-se Antero, Soares dos Reis, Camilo (Unamuno, 1986, p. 65-66).

O pensador basco inventaria os suicidas da história e da arte portuguesa com amparo de uma carta de Manuel Laranjeira, médico e intelectual português que se mataria quatro anos após a publicação do artigo “Um povo suicida”. Para explicitar como esses suicidas dos últimos anos dos oitocentos relacionam-se com um romance saramaguiano dos momentos finais do século XX, necessito citar um trecho da carta de Laranjeira, fragmento que Unamuno torna público no artigo a que tenho remetido:

¹ No original em espanhol, texto publicado no ano de 1911, em Madrid: “Portugal es un Pueblo de suicidas, tal vez un Pueblo suicida” (Unamuno, 1911, p. 119).

[...] tenho a impressão intolerável e louca de que em Portugal todos trazemos os olhos vestidos de luto por nós mesmos. É claro, eu sou português e, portanto, filho de um povo que atravessa uma hora indecisa, crepuscular, do seu destino [...] Repito: Portugal atravessa uma hora indecisa, gris, crepuscular, do seu destino. Será o crepúsculo que precede o dia e a vida, ou o crepúsculo que antecede a noite e a morte? Não sei, não sei, não sei... [...] Não falta mesmo por aí quem diga que isto não é já um povo, mas sim – o cadáver de um povo (Laranjeira apud Unamuno, 1986, p. 68-69).

Laranjeira remeteu a supracitada carta, conforme indicação do catedrático salamantino, em outubro de 1908. Fala-se aí em “hora indecisa, gris, crepuscular, do destino [português]”. Cabe talvez, aqui, um comentário histórico, suscitado pelo próprio Unamuno. No texto que estamos evocando – “Um povo suicida”, escrito em Lisboa a novembro de 1908 –, o pensador basco faz uma atualização da tradição suicidária lusitana, atrelando-a aos últimos (e decisivos) acontecimentos daquele pequeno país: “No ano que corre suicidaram-se duas ou três pessoas conhecidas [...] Não acham que é algo mais que uma *boutade* alguém ter dito que o Rei D. Carlos foi um suicida, que Buíça o suicidou?” (Unamuno, 1986, p. 66). Unamuno notabilizou-se por suas posições pouco usuais, por isso mesmo muitas vezes controversas. Nesse sentido, menos que defender a hipótese (unamuniana) de um possível (e heterodoxo) suicídio do Rei D. Carlos I, de Portugal, assassinado em Lisboa no mês de fevereiro de 1908, quero chamar atenção para o imbricamento que o texto de Dom Miguel sugere entre: i. a convulsionada política portuguesa (com a monarquia evidentemente fragilizada pelo regicídio e a progressiva ascensão do grupo republicano); ii. a tradição suicidária encorpada por importantes nomes da arte e da história portuguesas; e iii. a hora crepuscular, indecisa, que o país experimentava na primeira e na segunda décadas do século XX.

Ora, os dois intelectuais ibéricos – Laranjeira e Unamuno – trocam cartas e explicitam tais reflexões justamente em finais de 1908, ano do regicídio, acontecimento político que constituiu o estopim para a implementação da República portuguesa. Um excerto do célebre ensaio “Fernando, rei da nossa Baviera”, de Eduardo Lourenço, ajuda-nos a perceber aquela conjuntura “gris” – de finais do século XIX até começos do XX – de que fazem parte esses dois, mas também um “primeiro” Fernando Pessoa:

Historicamente humilhado pelo *Ultimatum*, economicamente frágil, politicamente doente mas contente com sê-lo, o Portugal dos começos do século esperava da República uma nova vida. Para alguns o foi, para a nação profunda apenas sol de pouca dura (Lourenço, 2008, p. 19).

O pessoano Saramago permite-nos aproximar essas constatações crepusculares de Laranjeira e de Unamuno à “Hora Absurda”, ou à menos conhecida “Hora morta”, ambas do Pessoa ortônimo de 1913. Façamos breve digressão por essa última:

(...)
Naufrágio ante o ocaso...
Hora de piedade...
Tudo é névoa e acaso
Hora oca e perdida,
Cinza de vivida
(Que Poente me invade?)
(...)
(Pessoa, 2005, p. 107).

Trata-se de apenas uma das quatro estrofes que compõem o poema “gris” do Pessoa pré-*Orpheu*. Em todo o seu decorrer, porém, o texto escancara um mal-estar perante a hora – “hora oca e perdida/ cinza de vivida”. Não se pode deixar de salientar, ainda, a semelhança entre o verso entranhado nos parênteses pessoanos “(Que Poente me invade?)” e a antítese proposta por Manuel Laranjeira em trecho da carta já citada: “Será o crepúsculo que precede o dia e a vida, ou o crepúsculo que antecede a noite e a morte?”. “Crepúsculo” e “poente” são, na nossa língua, língua mesma de Pessoa e Laranjeira, sinônimos. Ocorre que a pergunta de Laranjeira, por nós conhecida, contamina a leitura do verso ortônimo: o Poente (com “P” maiúsculo!) que invade o poeta “precede o dia e a vida” ou, em sentido oposto, “antecede a noite e a morte”?

Todo esse introyto serve ao interesse crítico central do presente artigo: evidenciar como, a despeito do clima crepuscular e indeciso que tomou Portugal até os anos 1930 e a despeito, ainda, de *O ano da morte de Ricardo Reis*, no final daquele mesmo século, reproduzir a *niebla* (névoa), o *mau-tempo*, a indecisão da Península Ibérica de 1936, considero que tal romance, respondendo à pergunta de Laranjeira, revela como aquele nevoeiro, sensivelmente sentido por Unamuno e Pessoa ao menos de 1908 até 1936 e 1935 (anos de suas mortes, respectivamente), significou o “crepúsculo que precede o dia e a vida” de Portugal, ou ao menos do povo português – tomando-se o povo conforme a definição que lhe dá Lídia, protagonista da narrativa saramaguiana, como veremos em breve.

Se este largo e vivaz romance, *O ano da morte de Ricardo Reis*, pode ser considerado um “sepulcro rodeado de esperança” – a expressão, já citada na introdução deste artigo, é de Unamuno, adulterando um poema de Alexandre Herculano –, torna-se oportuno reparar em alguns fantasmas que lhe rondam a campa: Guerra Junqueiro, Manuel Laranjeira, Fernando Pessoa, o próprio Miguel

de Unamuno... Aqui, então, emerge o cerne de minha proposta: o aparecimento de Unamuno no livro saramaguiano, não propriamente enquanto personagem, mas antes enquanto espectro, fantasma, ou mesmo enquanto *daimon* de Ricardo Reis, constitui fato determinante para a economia dessa narrativa, que culminará no suicídio de seu protagonista.

Mais que as sonolências ou as incursões sexuais de Ricardo Reis, mais que as questões filosóficas ou literárias levantadas pelo defunto Fernando Pessoa, ao narrador d'*O ano da morte* interessa contar um tempo – esforça-se por reconstituir, por entender, por exorcizar 1936. Em livro de ensaios publicado por ocasião do centenário de nascimento de Saramago, Leyla Perrone-Moisés adverte para o caráter inconcluso, aberto dessa narrativa:

Talvez Reis tenha morrido, por livre e espontânea vontade, no fim daquele ano. É o que o título do romance diz e o que seu final sugere. Mas nessas histórias pessoais nada é certo, e Saramago teve a sutileza de deixar as coisas suspensas, como convinha (Perrone-Moisés, 2022, 18).

A brasileira sugere, no texto “O heterônimo sobrevivente” (2022), que Ricardo Reis terá morrido por livre e espontânea vontade. Em termos unamunianos: o Ricardo Reis de Saramago é um suicida. Cabe revistar os últimos parágrafos da narrativa para avaliarmos a plausibilidade da hipótese de ser o protagonista saramaguiano mais um português que se auto extermina:

Vim cá para lhe dizer que não tornaremos a ver-nos, Porquê, O meu tempo chegou ao fim, lembra-se de eu ter lhe dito que só tinha para uns meses, Lembrou-me, Pois é isso, acabaram-se. Ricardo Reis subiu o nó da gravata, levantou-se, vestiu o casaco. Foi à mesa-de-cabeceira buscar The god of the Labyrinth, meteu-o debaixo do braço, Então vamos, disse, Para onde é que você vai, Vou consigo, Devia ficar aqui, à espera da Lídia, Eu sei que devia, Para a consolar do desgosto de ter ficado sem o irmão, Não lhe posso valer, E esse livro, para que é, Apesar do tempo que tive, não cheguei a acabar de lê-lo, Não irá ter tempo, Terei o tempo todo, Engana-se, a leitura é a primeira virtude que se perde, lembra-se. Ricardo Reis abriu o livro, viu uns sinais incompreensíveis, uns riscos pretos, uma página suja, Já me custa ler, disse (Saramago, 2010, p. 427).

Todo leitor que chega ao desfecho d'*O ano da morte de Ricardo Reis* sabe que o seu protagonista morre – acompanhar um fantasma e perder a faculdade da leitura, nesse universo romanesco, significa o estar morrendo, o ter morrido. No entanto, imbuídos das asserções unamunianas sobre Portugal em *Tierras de Portugal y de Espanha*, podemos afirmar tratar-se de mais um caso de suicídio no *hall* das personas e personagens lusitanas. Em um texto-manifesto de 1949, o

poeta Mário Cesariny referiu-se ao “assassino de Fernando Pessoa: Ricardo Reis” (Cesariny, 1997, p. 157). A prosa de Saramago pode nos seduzir a pensar o contrário: Fernando Pessoa como assassino de Ricardo Reis. Refuto as duas possibilidades, apontando para o suicídio de Reis (não será o primeiro caso nas ficções pessoais, lembremos o ato do estoico Barão de Teive²).

Tal conclusão resulta do impacto que acredito ter a *presença* de Unamuno no romance que estamos analisando: parece-me que Saramago contagia-se pelas palavras e ações do iberista morto no mesmo ano que Ricardo Reis (1936) e põe termo à trama pondo termo também à vida do protagonista dela. Ocorre que, à maneira da *Mensagem* (Pessoa, 1934; 2022), ou de *Niebla* (Unamuno, 1914; 2000), e tal qual advertência de Perrone-Moisés (2022), o romance termina de modo impreciso, em nevoeiro. O heterônimo parte com o defunto-Pessoa, abandonando Lídia, Lisboa e a vida. A constatação “já me custa ler” funciona como um atestado de óbito da personagem. Contudo, se atentamos para a intenção do protagonista, para o seu desejo explicitado ao outro, ao fantasma (e a nós, leitores, vivos) – “Vou consigo” –, podemos qualificar seu ato – o ir ao encontro do fim – como uma morte autoprovocada, um suicídio, portanto. O português Cândido Oliveira Martins já havia deixado intuída essa interpretação em artigo de 2021: “Reis vai morrendo paulatinamente, até ser acompanhado por Fernando Pessoa no momento da sua morte/suicídio (...). Quando morre, o protagonista saramaguiano deixa de poder ver-se ao espelho – não há egos na morte” (Oliveira Martins, 2021, p. 219). A crítica saramaguiana costuma ser bastante concorde ao indicar que o romancista confere vida e humanidade ao heterônimo pessoano. Nessa mesma linha, apenas acrescento que o Reis de Saramago humanizou-se a ponto de se auto aniquilar, esse gesto inalienavelmente humano: “o ato limítrofe de se tirar a própria vida enquanto irrecusável patrimônio humano” (Ferreira; Pinezi; André, 2019, p. 11).

Discorrendo “Sobre o conceito de suicídio”, o investigador brasileiro Willian André recorre às *Ilusões Perdidas* (1837), de Balzac, para apontar, junto ao narrador balzaquiano, três tipologias de suicidas: “aquele que tira a própria vida em decorrência de uma longa enfermidade, aquele que comete o ato por desespero, e aquele que o leva a cabo de forma lógica, por raciocínio” (André, 2020, p. 76). Proponho que Ricardo Reis procede ao auto aniquilamento, no final do romance, mesclando o primeiro e o terceiro tipos de suicidários: extermina-se como consequência da enfermidade que o tomou durante boa parte do ano

² Teive é um dos únicos dois autores suicidas de Fernando Pessoa, conforme apontamento da pesquisadora Filipa Freitas: “Para além de Teive, pode-se destacar Marcos Alves, protagonista de uma narrativa pessoal, que também se suicida, e que se defronta com alguns problemas semelhantes” (Freitas, 2015, p. 215). Ainda sobre o suicídio no Barão de Teive, junto ao autor do conceito de “Tanatografia” no campo dos estudos literários, Augusto Silva Junior, desenvolvemos trabalho que pode interessar à pesquisa sobre o auto aniquilamento nas ficções pessoais (e saramaguianas) – cf. Medeiros; Silva Jr., 2019.

de 1936, qual seja, a ataraxia, a inércia política que lhe impede de agir mesmo quando o tempo requer transformações – conforme adverte o narrador do livro: “a vida, curta sendo, não dá para contemplações” (Saramago 2010, p. 231). Reis, na leitura que agora apresentamos, aniquila-se ainda seguindo a terceira tradição enunciada pelo narrador de Balzac: age de forma lógica, raciocinando, enfim, que de nada pode valer à Lídia, a seu filho no ventre dela, ao Portugal do Estado Novo e das Revoltas socialistas. O poeta que um dia cantou “Ouvi contar que outrora quando a Pérsia/ Tinha não sei qual guerra” (Reis, 2005, p. 267) não cabe em uma Ibéria dominada, de um lado, pelo grupo franquista; de outro, pelo salazarismo. Se não podia fazer mais que jogar “o jogo do xadrez”, isto é, contemplar, inútil, “o espetáculo do mundo” (Reis, 2005, p. 259), Ricardo Reis se retira da vida por vontade própria como que em gesto – o gesto reclamado pelo fantasma-Pessoa – autêntico e autônomo que deixa Portugal livre de uma estátua (não a do Adamastor, que está prestes a dar o grande grito ao final da trama), mas a dele mesmo, homem petrificado diante dos acontecimentos políticos de seu tempo. Sobre o suicídio como ato *demasiado humano*, Willian André complementa: “no cenário que ainda é o nosso, uma terra desolada e abandonada por deuses de qualquer espécie, tirar a própria vida é prerrogativa que cabe apenas ao homem em conflito com seus próprios demônios” (André, 2020, p. 100). Nas terras de Portugal e de Espanha dos anos 1930, desoladas e abandonadas por deuses de qualquer espécie, o autor da ode “Acima da verdade estão os deuses” (Reis, 2005, p. 265) dá cabo da própria vida deixando o mundo liberto de um demônio – o conservadorismo.

Dado o tema fúnebre de nossa discussão, cabe recordar o comovente texto que Carlos Reis proferiu no funeral nacional do Nobel português. Naquela altura, o crítico indicava que os personagens saramaguianos nos provocam, a nós, leitores – no sentido latino de *provocare*. É exatamente esse o feito de Unamuno em relação a Ricardo Reis no livro que estamos analisando: provocar, “chamar para fora”. Assim

são estas figuras e outras mais (...), com nome inscrito ou sem ele, que nos provocam (*provocare*: chamar para fora), ao mesmo tempo que nos propõem sentidos que os transcendem e que nos transcendem, sob o signo do poder subversivo da linguagem (...) e é ainda em clave de subversão que o romancista enuncia a alegoria da fratura e da deriva, engenhosa indagação ficcional do destino ibérico; ou a metáfora do regresso e do reencontro com a pátria, sentidos camonianos mas também, à sua maneira, pessoanos (Reis, 2022, p. 154).

Carlos Reis sugere que os personagens de Saramago excedem o literário e nos movem – aqui, no mundo dos vivos – para fora (da caverna, à maneira platônica), para o “lugar heterodoxo” (Reis, 2022, p. 155) da linguagem subversiva: se calhar, nós pensamos (ensinam a transgressora Lídia, o debochado Pessoa-defunto e outras tantas *pessoas* saramaguianas). De igual maneira, alguns *incidentes* narrativos

movem os protagonistas criados por Saramago. O Unamuno aqui narrado é, portanto, um incidente, uma revelação, uma intromissão, que insurge na Lisboa chuvosa e acre dos últimos meses de 1936 de modo a provocar um poeta apático, de modo a empurrá-lo para fora daquele mundo. De tal maneira que o Unamuno vivo do começo do século XX, sobretudo o que atuou como pensador de Portugal e do “destino ibérico” e ainda como crítico da Literatura Portuguesa, afinal impacta o modo como Saramago lê e reinventa a Ibéria no final desse mesmo século. Não soa despropositado recordar que *O ano da morte de Ricardo Reis* é precisamente o romance publicado imediatamente antes da *Jangada de pedra* (1986), obra “alegoria da fratura e da deriva, engenhosa indagação” do futuro ibérico, como aponta o estudioso de Coimbra (2022).

A partir da menção a Dom Miguel, assistimos a um aumento da tensão romanesca, pois Ricardo Reis vai deixando de ser o que sempre fora, e nós, espectadores do espetáculo da narrativa, ficamos desassossegados com seu rebuliço: “O sim e o não de Miguel de Unamuno perturbam Ricardo Reis, perplexo e dividido” (Saramago, 2010, p. 392). O romance, desse ponto em diante, assume uma ordem paradoxal, pois o esteta neopagão pareceu-nos sempre “escolher modos de não agir” – o excerto é do *Livro do desassossego* (1982) de Pessoa e figura como uma das epígrafes d’*O ano da morte* (Saramago, 2010, p. 5; Pessoa, 2013, p. 119). Contudo, o que vemos agora é a demolição dessa verdade pela experiência de um personagem que finalmente indaga, interpreta, caminha, corre, preocupa-se, convoca o fantasma de Pessoa, anseia conhecer o futuro, espreita a resposta ética de Unamuno como que perscrutando modos de, agora sim, finalmente: agir. O Ricardo Reis de José Saramago, nos últimos capítulos da obra que lhe levará ao sepulcro, derroga cada vez mais o Ricardo Reis de Fernando Pessoa – o estático, incapaz do gesto, da palavra, daquilo “que teria dado sentido ao feito e ao dito” (Saramago, 2010, p. 144).

Outra vez recorrendo a Carlos Reis, agora no ensaio “José Saramago: o escritor como mestre”, cabe indicar que a derrogação das “imagens feitas” e dos “mitos” constitui prática saramaguiana:

uma constante e militante vocação [de Saramago] para desassossegar imagens feitas e mitos aparentemente inatacáveis [...] consciente como sempre esteve de que a literatura existe para afirmar, de forma variavelmente expressiva, o princípio da subversão da norma, da *doxa* e da verdade em que se crê cegamente. A ordem que rege é, por paradoxal que pareça, o constante movimento que aponta para sua derrogação. [...] Foi esse lugar heterodoxo do espaço que José Saramago habitou (Reis, 2022, p. 155).

No lugar literário heterodoxo que Saramago fundou, couberam, simultaneamente: um Ricardo Reis também heterodoxo (em relação à *ficção* pessoana) – que

passou a gozar de vida sexual ativa, abdicou de fazer poesia e decidiu finalmente deixar o mundo livre dele mesmo, pela morte; um Miguel de Unamuno contraditório, mas redimido, que morreu gritando contra um general franquista, pois “há circunstâncias em que calar-se é mentir” (Saramago, 1984, p. 395) – ainda que a história oficial não confirme o teor literal do mítico discurso unamuniano de outubro de 1936³. Tal discurso (com ou sem intensa mistificação), aquelas palavras que se pronunciaram na Universidade de Salamanca em 1936, ano da morte de Miguel de Unamuno, é reproduzido com demora n’*O ano da morte de Ricardo Reis* pela boca do fantasma Fernando Pessoa. Este realiza uma espécie de vaticínio óbvio (à maneira do Adamastor⁴ n’*Os Lusíadas*) em resposta à insistência de Ricardo Reis, sobre as últimas palavras de Unamuno. O romance se explica melhor:

Foi-me dito que esse general, que se chama Milan d’Astray, há-de encontrar-se um dia com Miguel de Unamuno, gritará Viva la muerte e ser-lhe-á respondido, E depois, Gostaria de conhecer a resposta de Don Miguel, Como quer que eu lha diga, se ainda não aconteceu, Talvez o possa ajudar saber que o reitor de Salamanca se colocou ao lado do exército que pretende derrubar o governo e o regime, Não me ajuda nada, você esquece a importância das contradições [...] O mais que posso fazer é admitir uma hipótese, Qual, Que o seu reitor de Salamanca responderá assim há circunstâncias em que calar-se é mentir acabo de ouvir um grito mórbido e destituído de sentido viva a morte este paradoxo bárbaro repugna-me o general Millan Astray é um aleijado não há descortesia nisto Cervantes também o era infelizmente, há hoje em Espanha demasiados aleijados [...] um aleijado que não tenha a grandeza espiritual de Cervantes procura habitualmente encontrar consolo nas mutilações que pode fazer sofrer aos outros (Saramago, 2010, p. 394-395).

Miguel de Unamuno, o histórico e o ficcional, sintetizam uma posição política errática. Em um único ano, 1936, declarou-se contra Manuel Azaña e a II República Espanhola, defendeu a investida franquista em julho para repudiar veementemente um general central do grupo de Franco em dezembro. As contradições de Unamuno, contudo, são muito anteriores aos anos 1930. Aliás, suas ambiguidades e paradoxos

³ Sobre as variadas e controversas versões do discurso proferido por Miguel de Unamuno no dia 12 de outubro de 1936 na reitoria da Universidade de Salamanca, conferir posição dos recentes biógrafos de Unamuno, Colette e Rabaté, em: COLETTE; RABATÉ. **Miguel de Unamuno. Biografia**. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2014.

⁴ Em tom provocativo, Saramago, pela boca do Pessoa-morto, comenta, critica e escarnece das profecias do gigante Adamastor de Camões: “pobre criatura [Adamastor], serviu-se o Camões dele para queixumes de amor que provavelmente lhe estavam na alma, e para profecias menos do que óbvias, anunciar naufrágios a quem anda no mar, para isso não são precisos dons divinatórios particulares” (Saramago, 2010, p. 228).

servem mesmo para distingui-lo, defini-lo. Os seus biógrafos assim qualificam a existência unamuniana: “una vida de luchas contra esto y aquello, en busca incesante y dialéctica de su verdad, una vida de crisis permanentes, de combates interiores, de dudas y certidumbres⁵” (Colette; Rabaté, 2014, p. 4).

Retomando a discussão sobre Ricardo Reis – esse que, ao fim da trama, fica obcecado pelos feitos e pelos ditos do intelectual de Salamanca –, cabe acrescentar que, em momento de acirrada discussão com Lídia sobre o que é o Povo, quando no tempo da história eclodia a Guerra Civil Espanhola, a contenda entre os dois personagens termina em... sexo. Assim:

Fica sabendo, Lídia, que o povo nunca está de um lado só, além disso, faz-me o favor de me dizeres o que é o povo, O povo é isto que eu sou, uma criada de servir que tem um irmão revolucionário e se deita com um senhor doutor contrário às revoluções, Quem é que te ensinou a dizer essas coisas, Quando abro a boca para falar, as palavras já estão formadas, é só deixa-las sair, Em geral, pensamos antes de falar, ou vamos pensando enquanto falamos, toda a gente é assim, Continuas com essa tua ideia de deixar vir a criança, O menino, Sim, o menino, Continuo, e não vou mudar, Pensa bem, Eu, se calhar, não penso, dizendo isto Lídia deu uma risada contente, ficou Ricardo Reis sem saber que resposta dar, então puxou-a a para si, deu-lhe um beijo na testa, depois no canto da boca, depois no pescoço, a cama não estava longe, deitaram-se nela a criada de servir e o senhor doutor, do irmão marinheiro não se falou mais, a Espanha fica no fim do mundo (Saramago, 2010, p. 386).

O gozo erótico empurra a Espanha para longe, mas ela está cada vez mais perto de Portugal, mais precisamente das personagens que habitam a Lisboa de 1936, romanceada por Saramago. Unamuno é a prova inequívoca dessa aproximação: “a Espanha fica no fim do mundo”, porém o mundo dos anos 1930 parece estar em agonia do fim. O comentário do narrador – que condensa prodigiosamente boa dose de ironia e erotismo – serve para ilustrar o movimento de forças opostas que domina o romance nas páginas que tenho chamado de *derradeiras*. Trata-se do contraste entre, de um lado, a conhecida tendência à inércia de Reis; e, de outro, o *desassossego* que lhe provocam as notícias da Guerra Civil Espanhola e o insucesso da Revolta dos Marinheiros em Lisboa no mês de setembro.

Cabe, nesse ponto, uma explanação de cunho histórico: a Revolta portuguesa de que participa Daniel, o irmão da criada, eclode em virtude do clima revolucionário que a “Espanha vermelha” (Meneses, 2011, p. 239) espalhava na Península Ibérica.

⁵ “Uma vida de lutas contra isso e aquilo, em busca incessante e dialética de sua verdade, uma vida de crises permanentes, de combates interiores, de dúvidas e certezas” (Colette; Rabaté, 2014, p. 4, tradução nossa).

O Hotel Bragança, primeira morada de Ricardo Reis em seu retorno a Lisboa, está, nessa altura da trama, tomado por espanhóis conservadores fugidos do país vizinho. Portanto, tudo nos momentos finais dessa obra leva a crer que a Espanha fica logo ali. Tal interpretação ganha maior amplitude se consideramos a poética saramaguiana em sua totalidade, já que o próximo romance a ser publicado pelo autor será *A jangada de pedra* (1986) – obra em que Portugal e Espanha descolam-se, juntas, do continente europeu, como se numa Jangada de Ibéria...

A menção a Dom Miguel como poeta/intelectual que teve tempo para corrigir ou ao menos atenuar a posição política controversa que antes assumira desencadeia em Reis o ímpeto de dar também o seu grito ético. Observemos como o narrador se utiliza desse expediente unamuniano para valorar figuras capazes de se revisarem, de redimirem, pelo ato mais tardio, os feitos e os ditos antecedentes:

Mas de Miguel de Unamuno, que nós admirávamos, ninguém ousa falar, é como uma ferida vergonhosa que se tapa, dele só se guardaram para edificação da posteridade aquelas palavras quase derradeiras suas com que respondeu ao general Milan d'Astray, o tal que gritou na mesma cidade de Salamanca, Viva la muerte, o senhor doutor Ricardo Reis não chegou a saber que palavras foram essas, paciência, [...] mas olhe que por elas terem sido ditas é que alguns de nós ainda reconsiderámos a decisão que tínhamos tomado, em verdade direi que valeu a pena ter vivido Miguel de Unamuno o tempo suficiente para vislumbrar o seu erro (Saramago, 2010, p. 389-390).

Muito já se disse sobre o Saramago leitor de Pessoa. No entanto, o Saramago leitor de Unamuno levou ao limite o procedimento dialógico no episódio que aqui analisamos com insistência. O escritor viu, no ato unamuniano contado e reinventado por gerações espanholas, uma ponte de intermédio capaz de fazer acordar o plácido Ricardo Reis quando nem sequer a conversação com um defunto o fizera se mover em direção ao gesto, à palavra. “Que gesto, que palavra” (Saramago, 2010, p. 144), perguntava o autor das odes em meados do romance. Respondem-lhe os personagens históricos, da literatura e da vida, Pessoa, Adamastor, Unamuno: o gesto, a palavra, o grito que endireitam à força a curva do horizonte, mesmo quando o que há mais na terra é cemitério...

Para finalizar, vale retomarmos o inventário de suicidas portugueses levantado por Unamuno em seu texto “Um povo suicida”, com que iniciamos esta discussão. Assim, acrescentaríamos: “Suicidaram-se Antero, Soares dos Reis, Camilo. Suicidou-se também Ricardo Reis”. E de que nos serve reconhecer neste que um dia foi heterônimo, que noutro foi Sr. Doutor hospedado no Hotel Bragança, o ato suicida? Para responder, precisarei retomar a primeira e a última sentença do romance aqui analisado. A primeira anuncia: “Aqui o mar acaba e a terra principia” (Saramago, 2010, p. 7), enquanto a derradeira sugere: “Aqui, onde o mar se acabou

e a terra espera” (Saramago, 2010, p. 428). As duas frases são responsáveis por vincular esta obra à mais definitiva psicanálise mítica do passado e do destino português: a condição oceânica. Sobre isso, também em *Por terras de Portugal e de Espanha*, disse Unamuno:

O oceano é um vasto cemitério, principalmente para Portugal. O mar, esse é a campa, é o cemitério desta desgraçada pátria de Vasco da Gama, de João de Castro, de Albuquerque, de Cabral, de Magalhães, de todos os maiores navegadores do mundo, desta pátria do Infante D. Fernando, do rei D. Sebastião, que morreram além do mar. Nesse imenso cemitério vivo (...) descansa a glória de Portugal, cuja história é um trágico naufrágio de séculos (Unamuno, 1986, p. 61-62).

O ano da morte de Ricardo Reis encerra-se com uma revolta passada sobre as águas – nesse episódio histórico do *breve século XX*, contudo, os marinheiros socialistas não puderam contar com a proteção de Vênus, como ocorrera com a tripulação de Vasco da Gama no épico camoniano do XVI. A narrativa, portanto, finda-se com uma espécie de fusão entre o cemitério marítimo e o cemitério político que em terra se fixava nos anos 1930 da história Europeia: “o mar, que foi a glória de Portugal; o mar, que lhe deu eternidade na história humana, o mar que o devorou” (Unamuno, 1986, p. 62).

Manuel Laranjeira, aquele suicida para quem Unamuno teceu um necrológio, disse que, em Portugal, todos traziam os olhos vestidos de luto, mas que, afinal, no princípio do século XX, o país atravessava uma hora indecisa, crepuscular, do seu destino. 1936 constituiu também uma hora indecisa e definitiva na Península Ibérica. O nosso Ricardo Reis, não tendo vocação para revolucionário, deixou o mundo liberto de um tempo, de uma tradição, de um passado macabro; e, morrendo, fecundou Portugal: aquele, que Lídia, a definição mesma de Povo, carregava no ventre.

MEDEIROS, A. C. M. *Portugal, suicidal people: an unamunian reading of The year of the death of Ricardo Reis, by José Saramago*. **Itinerários**, Araraquara, n. 58, p. 179-192, jan./jun. 2024.

■ **ABSTRACT:** *This article aims to present Miguel de Unamuno as a literary critic of Portuguese literature and as a thinker of the “tierras de Portugal” who decisively impacts the narrative progress and the ethical-aesthetic meanings of the novel *The year of the death of Ricardo Reis*, published by José Saramago already in end of the 20th century (1984). From a dialogical perspective, we bring the Saramago from the 1980s and Unamuno (Basque intellectual from the first half of the 20th century, who died in*

1936) together, to inscribe them into the heart of Iberian culture, in order to think about the literary and historical connections between the beginning and end of the “century of extremes” (Hobsbawm, 2008) in Portugal. We focus, above all, on unamunian thought about Portugal and Portuguese literature expressed in the works *Por tierras de Portugal y de España* (Unamuno, 1911) and *Portugal povo de suicidas*, a collection of essays by Unamuno published in Portugal, in 1986, highlighting the sepulchral tone of these critical notes. With the contribution of studies by Carlos Reis (2022) about Saramaguian prose, we discuss death and self-inflicted death in the construction of the 1984's publication and evaluate the permanence of Unamunian thought in the poetics of the Portuguese Nobel Prize winner.

■ **KEYWORDS:** Saramago. Unamuno. The year of the death of Ricardo Reis. Death. Suicide.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Willian. Sobre o conceito de suicídio. In: ANDRÉ, Willian; AMARAL, Lara; PINEZI, Gabriel (Organizadores). **Literatura & Suicídio**. Campo Mourão-PR: Editora, FECILCAM, 2020, p. 75-102.

CESARINY, Mário. “Final de um manifesto” (1949). In: CESARINY, Mário. **A intervenção surrealista**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1997, p.157.

COLETTE, Jean-Claude; RABATÉ, Colette. **Miguel de Unamuno. Biografia**. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2014.

FERREIRA, Fernanda; PINEZI, Gabriel; ANDRÉ, Willian. Sobre as responsabilidades e liberdades de se discutir o suicídio. **Criação & Crítica**: Portal de Revistas da USP, São Paulo, n. 23, p. 7-11, 2019.

FREITAS, Filipa. Fernando Pessoa e o Barão de Teive: fragmentos de uma tragédia. **Ricognizioni**: Rivista di Lingue e Letterature Straniere e Culture Moderne, Torino, n. 2 (3), p. 2015-223, 2015.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

LOURENÇO, Eduardo. Fernando, rei da nossa Baviera. In: LOURENÇO, Eduardo. **Fernando Pessoa Rei da nossa Baviera**. Lisboa: Gradiva, 2008, p. 7-26.

MEDEIROS, Ana Clara M. de; SILVA JR., Augusto R. da. Quando um heterônimo se suicida: Tanatografia e alteridade na *Educação do Estoico*, do Barão de Teive. **Criação & Crítica**: Portal de Revistas da USP, São Paulo, n. 23, p. 47-64, 2019.

MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar: biografia definitiva**. Tradução de Teresa Casal. São Paulo: Leya, 2011.

OLIVEIRA MARTINS, José Cândido de. Ricardo Reis de José Saramago: Narciso ao espelho de si mesmo. **Forma Breve**: Revista de Literatura, Aveiro, n. 17, p. 211-221, 2021.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Ricardo Reis, o heterônimo sobrevivente. *In*: PERRONE-MOISÉS, Leyla. **As artemages de Saramago**. São Paulo: Schwarcz, 2022, p. 17-26.

PESSOA, Fernando. Cancioneiro. *In*: PESSOA, Fernando. **Obra poética**. 3. ed. Org. M^a A. Galhoz. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005, p. 101-194.

PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego**. Edição de Jerónimo Pizarro. Rio de Janeiro: Tinta-da-China, 2013.

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. Edição, organização e introdução de Jerónimo Pizarro. São Paulo: Todavia, 2022.

REIS, Carlos. Palavras para uma Homenagem Nacional; José Saramago: o Escritor como Mestre. *In*: Saramago, José. **Literatura e compromisso**: textos de doutrina literária e de intervenção social. Seleção, introdução e notas de Carlos Reis. Belém: ed.ufpa; Lisboa: Fundação José Saramago, 2022, p. 141-147; p. 149-156.

REIS, Ricardo [Fernando Pessoa]. Odes de Ricardo Reis. *In*: PESSOA, Fernando. **Obra poética**. 3. ed. Org. Ma A. Galhoz. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005, p. 251-296.

SARAMAGO, José. **O ano da morte de Ricardo Reis**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UNAMUNO, Miguel de. **Por tierras de Portugal y de España**. Madrid: Editorial Biblioteca Renacimiento, 1911.

UNAMUNO, Miguel de. **Portugal povo de suicidas**. Tradução, apresentação e escolha de textos de Rui Caeiro. Lisboa: Publicações Culturais Engrenagem, 1986.

UNAMUNO, Miguel de. **Niebla**. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2000.

